

Subsídios e renúncias

como avaliar o apoio público



8

temas para entender
e participar com consciência

Benefícios tributários, crédito e resultados

ORGANIZAÇÃO

Régys Borges da Silveira

1ª EDIÇÃO · 2026

Antes de começar

O apoio público também pode ocorrer pela tributação ou pelas condições de crédito. Esta cartilha distingue modalidades, custos estimados e desembolsos e ensina a perguntar quem se beneficia e o que muda. Não oferece uma lista de benefícios atualmente vigentes.

O que você vai encontrar

- 01 Apoio público pode aparecer em lugares diferentes
- 02 Benefício tributário exige uma referência
- 03 Uma estimativa de renúncia não é um cofre disponível
- 04 Subsídio financeiro envolve desembolso e finalidade
- 05 Crédito favorecido exige distinguir principal e benefício
- 06 Destinatário direto e efeito final podem diferir
- 07 Prazo e revisão ajudam a evitar continuidade sem avaliação
- 08 Use o mesmo cuidado para gastos e benefícios indiretos

Os exemplos sem indicação de um caso real são situações didáticas. As explicações resumem regras e práticas; não substituem a consulta à fonte ou orientação para um caso pessoal.

01 Apoio público pode aparecer em lugares diferentes

Olhar apenas os pagamentos deixa parte das escolhas fora da análise.

Tributário	Tratamento diferenciado de tributos
Financeiro	Desembolso segundo a modalidade
Creditício	Condições financeiras favorecidas

O Orçamento de Subsídios da União distingue benefícios tributários, financeiros e creditícios. O apoio pode operar por receita ou despesa e ter métodos diferentes de mensuração.

Essas modalidades não devem ser tratadas como se cada real estimado fosse o mesmo tipo de saída de caixa. Identifique o instrumento e sua referência de cálculo antes de somar ou comparar valores.

Exemplo hipotético: Uma tabela reúne renúncia estimada e pagamento de subvenção. O leitor pergunta como cada parcela foi medida.

Distinga modalidade e método antes de avaliar o custo.

[Acessar a fonte \[2\]: Modalidades de subsídios — p. 5 e apêndice A](#)

02 Benefício tributário exige uma referência

Nem toda diferença de tributação recebe a mesma classificação.

Sistema	Qual regra serve de referência?
Exceção	Que tratamento foi concedido?
Estimativa	Como a diferença é mensurada?

Gastos tributários são identificados em relação a um sistema de referência, conforme a metodologia. A classificação não surge apenas porque duas pessoas pagam valores diferentes.

A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece condições para concessão ou ampliação de renúncia nas hipóteses previstas. Identificar o custo e a regra não comprova sozinho que a medida seja boa ou ruim; é necessário analisar finalidade e resultado.

Exemplo hipotético: Um texto chama toda alíquota diferente de subsídio, sem indicar o sistema de referência e a hipótese legal.

Procure definição, fundamento e método de estimativa.

[Acessar a fonte \[2\]: Modalidades de subsídios — apêndice A](#) • [Acessar a fonte \[1\]: Responsabilidade fiscal — art. 14](#)

03 Uma estimativa de renúncia não é um cofre disponível

Mudar a regra pode alterar o comportamento e a arrecadação.

Estimativa	Comparação com a referência
Comportamento	Como pessoas e empresas respondem?
Receita	Quanto pode ser efetivamente arrecadado?

Uma estimativa de gasto tributário informa custo segundo hipóteses e método. Não corresponde necessariamente a um pagamento já realizado nem a dinheiro que seria integralmente arrecadado após a retirada.

Mudanças de atividade, preços, cumprimento e outras condições podem afetar o resultado. Uma proposta deve explicar o cenário de arrecadação esperado, sem apresentar a estimativa original como receita garantida.

Exemplo hipotético: Um benefício é estimado em R\$ 20. Um anúncio promete arrecadar exatamente R\$ 20 ao encerrá-lo, sem considerar hipóteses ou respostas.

Separe custo estimado e receita recuperável.

[Acessar a fonte \[2\]: Modalidades de subsídios — apêndice A](#) • [Acessar a fonte \[3\]: Como avaliar políticas — cap. 10: hipóteses e análise econômica](#)

04 Subsídio financeiro envolve desembolso e finalidade

A transferência precisa ser acompanhada até seus resultados.

Recurso	Qual pagamento ocorreu?
Destinatário	Quem recebe diretamente?
Objetivo	Que efeito se pretende?

A modalidade financeira inclui desembolsos como subvenções e assunções de dívida no recorte do relatório consultado. Não é idêntica à estimativa de benefício tributário nem a todo gasto público indistintamente.

Para avaliar, identifique instrumento, destinatário, objetivo e contrapartidas. Um pagamento regular pode cumprir sua regra administrativa sem demonstrar, por isso, todo resultado econômico ou social anunciado.

Exemplo hipotético: Uma subvenção é paga corretamente. A avaliação reconhece a execução e investiga se o objetivo foi alcançado.

Acompanhe pagamento, finalidade e resultado separadamente.

[Acessar a fonte \[2\]: Modalidades de subsídios — apêndice A](#) • [Acessar a fonte \[3\]: Como avaliar políticas — caps. 3 e 8](#)

05 Crédito favorecido exige distinguir principal e benefício

O valor emprestado não é automaticamente o custo do subsídio.

Principal	Recurso que deve retornar
Condição	Taxa, prazo e risco
Referência	Como se calcula o benefício

Recursos públicos podem financiar operações com condições diferenciadas. O subsídio creditício depende da comparação e do método de custo: não é, por definição, todo o principal do empréstimo.

Também não basta dizer que haverá devolução para concluir custo zero. Taxas, prazo, custo de financiamento e risco devem entrar na análise pertinente. O roteiro não calcula o custo de uma operação real.

Exemplo hipotético: São emprestados R\$ 100 em condições favorecidas. O leitor não chama os R\$ 100 inteiros de perda nem presume benefício sem custo.

Separe fluxo do empréstimo, obrigação de retorno e subsídio estimado.

[Acessar a fonte \[2\]: Modalidades de subsídios — apêndice A: benefícios creditícios](#)

06 Destinatário direto e efeito final podem diferir

A distribuição do benefício exige evidência.

Recebedor	Quem tem o tratamento formal?
Transmissão	Como o efeito alcançaria outros?
Resultado	Quem foi efetivamente beneficiado?

Uma política pode conceder apoio a uma empresa com objetivo de atingir consumidores, trabalhadores ou regiões. O desenho deve explicar o mecanismo esperado e os indicadores usados para examiná-lo.

Não se deve presumir repasse integral nem ausência de repasse apenas pelo nome do destinatário. Preços, emprego e investimento precisam de dados e comparação. Uma intenção anunciada não é prova do efeito final.

Exemplo hipotético: Um incentivo pretende reduzir preço ao consumidor. A avaliação acompanha preços e condições de mercado, além da concessão ao produtor.

Distinga beneficiário formal, mecanismo e efeito observado.

[Acessar a fonte \[3\]: Como avaliar políticas — caps. 3, 5 e 9](#) • [Acessar a fonte \[2\]: Modalidades de subsídios — apêndice A](#)

07

Prazo e revisão ajudam a evitar continuidade sem avaliação

A permanência de um apoio precisa ser justificada.

Objetivo	Qual problema continua existindo?
Prazo	Quando revisar?
Evidência	Quais resultados sustentam a decisão?

Monitorar e avaliar subsídios permite discutir continuidade, alteração ou encerramento. Um apoio pode perder adequação se o problema ou o contexto mudar; isso deve ser demonstrado com critérios e dados.

A retirada também pode ter custos de transição e efeitos sobre contratos e planejamento. Proponha alternativas juridicamente possíveis e explique hipóteses. Não trate permanência ou extinção como decisão automaticamente correta.

Exemplo hipotético: Um incentivo é renovado sem relatório de resultados. O leitor pergunta quais evidências justificam a prorrogação e quais alternativas foram avaliadas.

Associe continuidade a objetivos, critérios e revisão.

[Acessar a fonte \[2\]: Modalidades de subsídios — apêndice A](#) • [Acessar a fonte \[3\]: Como avaliar políticas — caps. 2, 3 e 10](#)

08 Use o mesmo cuidado para gastos e benefícios indiretos

Toda modalidade merece transparência e avaliação proporcional.

Custo	Qual método e período?
Regra	Qual fundamento e condição?
Resultado	O que mudou e para quem?

Monte uma ficha com modalidade, regra, público, custo, hipótese, duração, resultado e limites. Confira possíveis sobreposições antes de somar estimativas. Valores de exercícios e referências diferentes exigem tratamento explícito.

A discussão pode comparar instrumentos de apoio, desde que seus custos e efeitos sejam compatíveis. Uma boa avaliação não dispensa a proteção de direitos nem presume que toda exceção seja privilégio injustificado ou política eficaz.

Exemplo hipotético: Um relatório compara transferência direta e incentivo tributário pelo mesmo objetivo, informando métodos e limites distintos.

Cobre evidências de todos os instrumentos de apoio público.

[Acessar a fonte \[1\]: Responsabilidade fiscal — arts. 14 e 48](#) • [Acessar a fonte \[2\]: Modalidades de subsídios — apêndice A](#) • [Acessar a fonte \[3\]: Como avaliar políticas — cap. 10](#)

Referências bibliográficas

Fontes em ordem alfabética. Os números identificam os links usados no texto. Os títulos originais e as datas de consulta constam de cada referência.

- [1] BRASIL. **Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em: 18 out. 2026.
- [2] BRASIL. Ministério do Planejamento e Orçamento. Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos. **Orçamento de Subsídios da União 2024**. Ministério do Planejamento e Orçamento, 2025. 9º relatório. Exercício de referência: 2024. Data identificada no documento: última alteração em 19 ago. 2025. Usado para conceitos e metodologia, sem tratar os valores históricos como atuais. Disponível em: <https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/avaliacao-de-politicas-publicas/arquivos/orcamento-de-subsidios-da-uniao/orcamento-de-subsidios-da-uniao-9a-edicao.pdf/@@display-file/file>. Acesso em: 18 out. 2026.
- [3] BRASIL. Presidência da República. Casa Civil et al. **Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex post, volume 2**. Brasília, DF: Casa Civil da Presidência da República, 2018. v. 2. ISBN 978-85-85142-94-0. Uso metodológico; organização administrativa e exemplos são históricos. A ficha indica 301 p.; o arquivo consultado tem 332 páginas físicas. Disponível em: https://ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/181218_avaliacao_de_politicas_publicas_vol2_guia_expost.pdf. Acesso em: 18 out. 2026.

Sobre esta cartilha

Para conferir antes de compartilhar

- 1 QUEM ESTÁ ENVOLVIDO?**
Identifique as pessoas, instituições e responsabilidades de cada situação. Um exemplo não descreve todos os integrantes de um grupo nem permite generalizar uma conduta.
- 2 QUE TIPO DE REGISTRO É ESSE?**
Uma lei estabelece regras; uma pesquisa apresenta resultados e limites; uma notícia relata um acontecimento. Exemplos hipotéticos ajudam a explicar uma ideia, mas não comprovam fatos reais.
- 3 QUAL É A AVALIAÇÃO?**
Diferencie o que a fonte documenta da explicação ou recomendação desta cartilha. Confira o contexto, a data e os limites do documento antes de tirar conclusões ou compartilhar.

Sobre a pesquisa e as interpretações

Esta cartilha é um material educativo baseado em pesquisa documental e fontes identificadas. Explicações e orientações de leitura não substituem os documentos citados nem uma análise de cada caso. O objetivo é ajudar o leitor a conferir informações e participar com consciência.

O que esta seleção permite concluir

O relatório sobre 2024 é usado para conceitos e método, não valores atuais. A retirada de um benefício não recupera automaticamente toda estimativa de custo. O volume não julga programas concretos nem substitui a análise da legislação aplicável.

Recorte editorial: 18 de outubro de 2026. Normas, serviços e conhecimentos podem mudar. Confira a fonte indicada antes de aplicar uma orientação.

Organização: Régys Borges da Silveira

1ª edição · Revisão editorial: 18 de outubro de 2026.

Produção com apoio de inteligência artificial (IA). Ilustrações geradas por IA, sem valor documental. Edição distribuída em formato digital; consulte as fontes pelos links do texto e das referências.

Distribuição gratuita, sem cadastro. Materiais de terceiros mantêm suas condições de uso.

[Conheça os demais volumes da coleção](#)

CONTINUE A EXPLORAR

A leitura continua

Conheça os livros de Régys Borges da Silveira e encontre sua próxima leitura.

Explore os livros →

livros.regys.com.br



Lendo no papel?

Aponte a câmera do celular para o QR code. No PDF, toque no botão ou no endereço acima.

Este convite registra apenas a cartilha de origem e uma contagem agregada de acessos, sem identificar você.